

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Revisitando a idéia de populismo no pensamento social brasileiro

Léo Posternak¹

Resumo: O esforço para um melhor entendimento sobre o populismo no Brasil está ligado, e com grande aceitação na literatura a este tema relacionada, à utilização deste termo para o período de 1945 até 1964. As interpretações de Francisco Weffort e Octavio Ianni apontam, no populismo, para cooptação que passa pela política social. No processo de urbanização e industrialização pelo qual passava o Brasil, formavam-se atores sociais qualitativamente diferentes daqueles da Primeira República. Neste novo mundo urbano, o controle era precário. A tendência para cooptação presente na política populista teve papel fundamental para a dominação política. A classe trabalhadora teria sido encorajada a postergar a busca dos seus interesses mais amplos, e se satisfazer com o que seriam (no ponto de vista da revolução), conquistas menores.

Palavras-chave: Populismo – Urbanização – Sociologia Política.

Abstract: The effort to achieve a better understanding about populism in Brazil has been related to the use of this word in the period that goes from 1945 to 1964. The interpretations made by Francisco Weffort and Octavio Ianni point to a process of co-optation which is embedded in social policies. During the process of urbanization and industrialization Brazil was experiencing, new social actors were being created, qualitatively different from those that had existed in the First Republic. In this new urban world, control was precarious. The co-optation tendency that exists in populist politics played a fundamental role in political domination. The working class was encouraged to postpone the fight for its broader aims, and satisfy itself with what were (under the revolutionary point of view) minor conquests.

Keywords: Populism – Urbanization – Political Sociology.

Introdução

A ação política de inúmeros governos contemporâneos tem sido chamada de populista. Este termo, acerca do qual estamos longe de ter um consenso nos estudos a ele relacionados nas ciências humanas, vem sendo usado, tanto pela academia como pela sociedade, sem que possamos claramente conceituá-lo. Temos encontrado governos e políticos aos quais se tem chamado de populistas em uma variedade espacial e histórica. De Perón e Vargas a Chávez, Lula e Le Pen, continentes e décadas são atravessados. Criticado tanto pelos socialistas quanto pelos liberais, o populismo tem, no senso comum, uma conotação pejorativa. Neste trabalho apresentarei o contexto no qual surgiu o populismo no Brasil, algumas divergências acerca do populismo que ocorreram no seio da esquerda brasileira, e os trabalhos de dois importantes estudiosos da escola de sociologia da USP que apontam, neste fenômeno, um retrocesso no avanço da classe operária, e que têm conceituação teórica apoiada na luta de classes.

¹ Mestrando do programa de pós-graduação em Ciências Sociais da PUC - Rio.

A emergência de uma democracia de massas

A queda da Primeira República teria representado um avanço em relação à sua proclamação em 1889, ao menos com relação aos direitos sociais. Getúlio Vargas, ao mesmo tempo em que anunciava o fechamento do Congresso, pregava o desenvolvimento econômico, o industrial, a construção de estradas de ferro, e o fortalecimento das Forças Armadas. Uma economia até então dirigida para a exportação, passou a criar, fortalecer, e nacionalizar os mercados de trabalho e de consumo. Na área trabalhista foi criado o Departamento Nacional do Trabalho, instalou-se a jornada de oito horas, o direito de férias. Apesar do avanço, havia injustiças: o sistema excluía os autônomos, os empregados domésticos, os trabalhadores rurais. Tratava-se de uma política social como privilégio e não como direito. No entanto, isto não impediu a popularidade de Vargas. Pelo contrário, trabalhou no sentido de legitimar seu governo no Estado Novo. A ênfase nos direitos sociais encontrava terreno fértil na cultura política da população, principalmente na dos pobres dos centros urbanos. O populismo era um fenômeno urbano e refletia esse Brasil novo que surgia, distinto do Brasil rural da Primeira República (cf. CARVALHO, 2002).

Houve progresso na formação de uma identidade nacional, na medida em que surgiram momentos de real participação popular. Foi o caso do próprio movimento de 1930 e das campanhas nacionalistas da década de cinqüenta, sobretudo a defesa do monopólio estatal do petróleo. O nacionalismo, incentivado pelo Estado Novo, foi um instrumento de solidariedade nacional, acima das lealdades estaduais. Com a redemocratização do pós-guerra, o voto popular começou a ter mais peso. O período de 1945 a 1964 foi marcado pelo retorno ao estado de direito, com a Constituição de 1946. Foram criados partidos de alcance nacional. No entanto, apenas três (PSD, UDN e PTB) atuavam realmente em âmbito nacional. O PSD, Partido Social Democrático, foi organizado por Getúlio Vargas convocando as oligarquias estaduais, sob a organização dos interventores do Estado Novo, atingindo uma massa eleitoral rural que representava aproximadamente setenta por cento da população brasileira. O PTB, Partido Trabalhista Brasileiro, foi fundado via a máquina corporativista criada por Vargas e baseada no Ministério do Trabalho, para arregimentar a população urbana, e era considerado um partido nacionalista. A UDN, União Democrática Nacional, representava as diversas forças de oposição a Vargas, nas áreas rurais e urbanas. Com forte apoio popular no estado de São Paulo, o PSP, Partido Social Progressista, foi veículo pessoal de Adhemar de Barros (cf. SCHMIT, 2000).

Para Celso Lafer, o populismo, em parte, derivava do crescimento do eleitorado, o que fez com que a política deixasse de ser um tema restrito às elites. Por intermédio do voto, estas novas massas que se faziam ouvir nas eleições outorgavam legitimidade ao sistema político. Por outro lado, o regime prometia “uma política de democratização fundamental da sociedade através da extensão de oportunidades de emprego” (LAFER, 2002: 62). Ao criar ao mesmo tempo novas demandas e novas exigências para apoio político, o crescimento do eleitorado teria motivado a decisão de planejar de Juscelino Kubitschek.

Algumas interpretações divergentes

O Instituto Superior de Estudos Brasileiros, ISEB, foi um grupo de intelectuais nacionalistas que nos anos 50 procurou conceber o país em termos sociológicos e políticos. De uma forma geral, eles definiam desenvolvimento como sendo uma revolução nacionalista e capitalista, dentro de um processo de industrialização no qual o crescimento da renda *per capita* seria auto-sustentável. Dentro do processo de institucionalização do mercado interno, a burguesia nacional unir-se-ia à burocracia estatal e aos trabalhadores, tendo o interesse nacional como objetivo comum. Essas idéias foram criticadas pela escola de sociologia da USP, que surgiria aproximadamente uma década depois, rejeitando o nacionalismo e insistindo na predominância do conflito entre as classes. Os acadêmicos da USP dariam ao populismo uma conotação negativa, diferentemente da interpretação dada pelos intelectuais do ISEB, que viam no pacto populista de Vargas um paradigma para a revolução em países periféricos. Para estes, o populismo seria uma expressão do povo, parte da democracia. A visão do ISEB aceitava a possibilidade de aliança entre classes, preocupando-se prioritariamente com o desenvolvimento nacional frente à oposição imperialista, ao passo que a escola de sociologia da USP colocava ênfase no conflito entre as classes, não aceitando a possibilidade de acordos nacionais (cf. BRESSER-PEREIRA, 2005).

Bolívar Lamounier considera que os termos “populismo” e “liderança carismática” são imprecisos, pois eles seriam funções dos referenciais teóricos sob os quais fossem estudados. Assim sendo, para os autores marxistas, o populismo seria uma forma de liderança que utilizaria da demagogia para fazer com que os interesses de classe não pudessem ser enxergados. Para os liberais, o ponto fundamental do populismo estaria na irresponsabilidade fiscal, além do uso de ações paternalistas (cf. LAMOUNIER, 2005).

Populismo e luta de classes

As interpretações de Francisco Weffort e Octavio Ianni, importantes estudiosos da escola de sociologia da USP, apontam, no populismo, para uma cooptação que não passa pelo plano ideológico, mas sim, pela política social. No processo de urbanização e industrialização pelo qual passava o Brasil, formavam-se atores sociais qualitativamente diferentes daqueles da Primeira República. Quem controlaria essas massas emergentes? O modelo corporativo fortalecia o Estado através da criação dos sindicatos, da possibilidade de intervenção nos sindicatos, e da atuação da Justiça do Trabalho. Neste novo mundo urbano, o controle era precário. O viés de cooptação presente na política populista teve papel fundamental para a dominação política. A classe trabalhadora teria sido encorajada a postergar a busca dos seus interesses mais amplos, e se satisfazer com o que seriam (no ponto de vista da revolução) conquistas menores.

Segundo Weffort, o populismo é um fenômeno político de massas, típico das regiões atingidas pela intensificação do processo de urbanização, pautado por uma relação específica entre os indivíduos e o poder político; esse poder é exercido através de um líder carismático. “O populismo é, essencialmente, a exaltação do poder público, é o próprio Estado colocando-se por meio do líder em contato direto com os indivíduos reunidos na massa” (WEFFORT, 2003: 28) e essa dominação carismática seria como uma expressão política de interesses determinados de classe. Weffort chama a atenção para o papel desempenhado pela pequena burguesia “no momento em aparece como massa devotada a um chefe” (id. *ibid.*: 30). O populismo seria uma traição às massas porque, apesar de ter bases operárias, mantinha os limites da pequena burguesia. Ao manter-se dentro destes limites de ação,

*...o populismo é, essencialmente, uma política de transição que conduz inevitavelmente, por meio do desenvolvimento capitalista, ao esmagamento da pequena burguesia pelos grandes capitais. Na impotência histórica da pequena burguesia está a raiz da demagogia populista (id. *ibid.*: 35).*

As aspirações das classes dominantes, para Weffort, não poderiam ser alcançadas no Brasil de 1945 a 1964, sem que fossem também atendidas algumas aspirações básicas das classes populares como emprego, aumento de consumo e direito de participação nos assuntos do Estado. Faz-se necessário atentar à ênfase que Weffort dá à necessidade de se relativizar tanto a noção de manipulação quanto a de passividade popular, enraizadas no senso comum, e associadas ao populismo. Weffort considera que a imagem mais adequada para que sejam mais bem compreendidas as relações entre as massas urbanas e os grupos representados no Estado, é a de uma tácita aliança entre partes de diferentes classes sociais.

Ele [o populismo] foi um modo determinado e concreto de manipulação das classes populares, mas foi também um modo de expressão de suas insatisfações. Representou, ao mesmo tempo, uma forma de estruturação do poder para os grupos dominantes e a principal forma de expressão política da emergência popular no processo de desenvolvimento industrial e urbano. Foi um dos mecanismos pelo qual os grupos dominantes exerciam seu domínio, mas foi também uma das maneiras pelo qual esse domínio encontrava-se potencialmente ameaçado (id. ibid.: 71).

Podemos reconhecer, nesta interpretação de Weffort, a percepção de um vácuo de poder oriundo da deterioração da dominação oligárquica ocorrida na década de trinta. Para Weffort, “a participação política das classes populares tem muito a ver com as condições em que se instala o novo regime e com a incapacidade manifestada pelas classes médias e pelos setores industriais em substituir a oligarquia nas funções do Estado” (id. ibid.: 72). Dessa forma, “o chefe de Estado passará a atuar com árbitro dentro de uma situação de compromisso ... e a representação das massas nesse jogo estará controlada pelo próprio chefe de Estado” (id. ibid.: 78-79).

Na visão de Weffort existe, mesmo no populismo mais ligado à esquerda, um prejuízo fundamental à classe trabalhadora, por colocar a agenda nacionalista como primordial. No Brasil de 1930 a 1945 tínhamos uma política híbrida, consequência do estágio inicial da nossa modernização. O populismo corresponderia a um momento de indefinição política: “a peculiaridade do populismo vem de que ele surge como uma forma de dominação nas condições de ‘vazio político’, em que nenhuma classe tem a hegemonia e exatamente porque nenhuma classe se afigura capaz de assumi-la” (id. ibid.: 178).

Para Ianni, durante o período de 1914 a 1964 foram criadas as condições institucionais, políticas e culturais para uma sociedade industrializada e de predominância urbana: “entre 1930 e 1964 verifica-se a criação de um vigoroso setor industrial no Brasil. Nessa época, o Estado se torna o centro nacional mais importante das decisões sobre a política econômica” (IANNI, 1975: 27), sendo que, a partir de 1945, a participação em algumas decisões políticas começa a ter a participação das massas. O modelo de desenvolvimento e organização da economia, que Ianni chama de getuliano, apoiava-se na substituição de importações. Para isto fazia-se necessário atender ao setor agrário que, inicialmente, continuaria a prover as divisas a serem usadas em investimentos.

A política de massas, o dirigismo estatal, e uma política externa independente eram os elementos fundamentais de um padrão político e econômico consubstanciado na democracia populista que se seguiu a 1945. Em Ianni, a política das massas é entendido como um elemento crucial no processo de industrialização. Chama a atenção para o que seria o núcleo

ideológico da política de massas: o nacional-desenvolvimentismo, com a crescente participação do Estado na economia, exigência e consequência de um programa de nacionalização de decisões. Surgem, neste contexto, algumas legislações que beneficiariam o proletariado urbano, tais como o regime de salário mínimo (1940) e a Consolidação das Leis do Trabalho (1943). O fenômeno populista está ancorado no binômio industrialização/urbanização. A migração interna é outro elemento importante para a compreensão da estrutura do populismo. O horizonte cultural daquele migrante que ia para as cidades e centros industriais ainda estava marcado por valores e padrões do mundo rural.

*Em particular, o universo social e cultural do trabalhador agrícola (sitiantes, parceiro, colono, camarada, agregado, peão, volante, etc.) está delimitado pelo misticismo, a violência e o conformismo, como soluções tradicionais. Este horizonte cultural modifica-se na cidade, na indústria, mas de modo lento, parcial e contraditório (id. *ibid.*: 57).*

Ianni aponta para o fato de que, no período que vai de 1914 a 1964, foram quatro os modelos de desenvolvimento presentes nas disputas entre diferentes grupos e classes sociais, na sociedade brasileira: o primeiro foi o modelo exportador, que implicava na hegemonia dos setores agrícolas tradicionais, tendo como contrapartida a importação de produtos industrializados para atender ao mercado interno; depois, temos o modelo de substituição de importações, objetivando encontrar uma dinâmica com o setor agrário, ligando as necessidades de divisas com as dos investimentos destinados a atender ao mercado interno; o terceiro seria um modelo que implicaria na internacionalização crescente do setor industrial, ao lado do caráter fundamentalmente internacionalista do setor agrário tradicional; finalmente, o quarto modelo desenvolvimentista seria o socialista. O modelo de desenvolvimento apoiado na substituição de importações foi de fundamental importância no desenvolvimento da nossa economia e da nossa sociedade. Ianni afirma que “os elementos fundamentais desse padrão político-econômico estão consubstanciados na democracia populista desenvolvida depois de 1945” (id. *ibid.*: 54). Por estar baseado na transferência de divisas do setor agro-exportador para investimentos destinados a atender ao mercado interno, rompia com os até então paradigmas de relações entre o Estado e as forças agrícolas internas. O Estado “com base na política de massas e no dirigismo estatal, estabelece gradações nas rupturas estruturais indispensáveis à sua execução. Fundamenta a política externa independente e implica numa doutrina do Brasil como potência autônoma” (id. *ibid.*: 54).

A queda de Vargas em 1945, na onda de redemocratização do mundo capitalista, abriu o espaço para o pluripartidarismo, mas não foi o fim das políticas populistas. Mais que isto,

elas foram usadas como forma de legitimar a dominação: “a política de massas – portanto, diferente da política de partidos – é o fundamento da *democracia populista*, que se organizou paulatinamente nas décadas que antecederam a mudança repentina ocorrida a partir do Golpe de Estado de 1º de abril de 1964” (id. *ibid.*: 9). Após enfatizar as modernizações nas estruturas sociais, políticas e econômicas em curso, Ianni, em suas conclusões, afirma que “o populismo está relacionado tanto com o consumo em massa como com o aparecimento da cultura de massa. Em poucas palavras, o populismo brasileiro é a forma política assumida pela sociedade de massas no país” (id. *ibid.*: 207).

Tanto Weffort: “o novo poder instaurado pelos militares parece marcar o fim do mito de um Estado democrático de todo o povo” (WEFFORT, 2003: 65), quanto Ianni: “enquanto a esquerda permanecia ao nível da consciência e atuação de massas, nos moldes estabelecidos na democracia populista, ficava-se ao nível das reificações” (IANNI, 1975: 114), atribuem às políticas populista e nacionalista forte responsabilidade no golpe militar: elas teriam que partir para a luta de classes ou cair. “A política nacionalista expiou de várias formas o pecado original da ideologia” (WEFFORT, 2003: 42).

Referências bibliográficas:

- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *Do ISEB e da CEPAL à teoria da dependência*. In: TOLEDO, Caio Navarro de (org.): **Intelectuais e política no Brasil. A experiência do ISEB**. Rio de Janeiro: Revan, 2005.
- CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- IANNI, Octavio. **O colapso do populismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.
- LAFER, Celso. **JK e o programa de metas (1956-61): processo de planejamento e sistema político no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.
- LAMOUNIER, Bolívar. **Da independência a Lula: dois séculos de política brasileira**. São Paulo: Augurium, 2005.
- SCHMIT, Rogério. **Partidos políticos no Brasil: 1945 – 2000**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- WEFFORT, Francisco Corrêa. **O populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.